



PROCESSO	Protocolo SICCAU nº 1421995/2021
INTERESSADO	Plenário do CAU/RS
ASSUNTO	Nota Pública - O Ensino Remoto Emergencial e a retomada da interatividade presencial no Ensino e Formação em Arquitetura e Urbanismo
<b>DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPO/RS Nº 1383/2021</b>	

Homologa Nota Pública do CAU/RS quanto ao Ensino Remoto Emergencial e a retomada da interatividade presencial no Ensino e Formação em Arquitetura e Urbanismo, dentre outras providências.

O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL – CAU/RS no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 29, inciso XVIII do Regimento Interno do CAU/RS reunido ordinariamente em Porto Alegre – RS, na Associação Cultural Vila Flores, no dia 25 de novembro de 2021, após análise do assunto em epígrafe, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando que, nos termos do art. 24 da Lei nº 12.378/10, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS) “têm como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo”;

Considerando que o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), norma derivada da Lei nº 12.378/10, no seu “Princípio 1.1.1”, estabelece que “o arquiteto e urbanista deve deter por formação, um conjunto sistematizado de conhecimentos das artes, das ciências e as técnicas, assim como das teorias e práticas específicas da Arquitetura e Urbanismo”;

Considerando que, para além da própria fiscalização das (os) profissionais Arquitetos (as) e Urbanistas, compete ao CAU/RS diligenciar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo, bem como zelar para que a formação dos mesmos ocorra de forma global e sistematizada;

Considerando a Deliberação nº 049/2021 CEF-CAU/RS que propôs a emissão de Nota Pública quanto ao Ensino Remoto Emergencial e a retomada da interatividade presencial no Ensino e Formação em Arquitetura e Urbanismo, dentre outras providências.

**DELIBEROU por:**

1. Homologar Nota Pública quanto ao Ensino Remoto Emergencial e a retomada da interatividade presencial no Ensino e Formação em Arquitetura e Urbanismo, conforme anexo desta deliberação;
2. Providenciar o envio da presente deliberação ao CAU/BR para conhecimento e para que possam ampliar em escala nacional, entrando em contato com o MEC para garantir que todas as universidades inclusive as públicas tenham condições de uma retomada segura;
3. Dar conhecimento às IES, na figura do Coordenador de Curso e Reitor;
4. Encaminhar a presente deliberação à Secretaria Geral para providências necessárias.

Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.



Com 19 (dezenove) votos favoráveis, das conselheiras Aline Pedroso da Croce, Ana Paula Schirmer dos Santos, Andréa Larruscahim Hamilton Ilha, Deise Flores Santos, Evelise Jaime de Menezes, Gislaine Vargas Saibro, Ingrid Louise de Souza Dahm, Lidia Glacir Gomes Rodrigues, Marcia Elizabeth Martins, Orildes Tres, Roberta Krahe Edelweiss e Silvia Monteiro Barakat e dos conselheiros Carlos Eduardo Iponema Costa, Fabio Muller, Fausto Henrique Steffen, Pedro Xavier De Araujo, Rafael Ártico, Rinaldo Ferreira Barbosa e Rodrigo Spinelli; e 03 (três) ausências, das conselheiras Karina Guidolin, Leticia Kauer e Magali Mingoti.

Porto Alegre – RS, 25 de novembro de 2021.

TIAGO HOLZMANN DA SILVA  
Presidente do CAU/RS

**126ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/RS****Votação da Deliberação Plenária DPO-RS nº 1383/2021 - Protocolo nº 1421995/2021**

Nome	Voto Nominal
1. Aline Pedroso da Croce	Favorável
2. Ana Paula Schirmer dos Santos	Favorável
3. Andréa Larruscahim Hamilton Ilha	Favorável
4. Carlos Eduardo Iponema Costa	Favorável
5. Deise Flores Santos	Favorável
6. Evelise Jaime de Menezes	Favorável
7. Fabio Muller	Favorável
8. Fausto Henrique Steffen	Favorável
9. Gislaine Vargas Saibro	Favorável
10. Karina Guidolin	Ausente
11. Ingrid Louise de Souza Dahm	Favorável
12. Letícia Kauer	Ausente
13. Lidia Glacir Gomes Rodrigues	Favorável
14. Magali Mingoti	Ausente
15. Marcia Elizabeth Martins	Favorável
16. Orildes Tres	Favorável
17. Pedro Xavier De Araujo	Favorável
18. Rafael Ártico	Favorável
19. Rinaldo Ferreira Barbosa	Favorável
20. Roberta Krahe Edelweiss	Favorável
21. Rodrigo Spinelli	Favorável
22. Silvia Monteiro Barakat	Favorável

**Histórico da votação:****Plenária Ordinária nº 126****Data: 25/11/2021****Matéria em votação: DPO-RS 1383/2021 – NOTA PÚBLICA DO CAU/RS - Ensino Remoto Emergencial****Resultado da votação:** Favoráveis (19) ausências (03) Total (22)**Ocorrências:** Votos registrados com chamada nominal.**Secretária da Reunião: Josiane Cristina Bernardi****Presidente da Reunião: Tiago Holzmann da Silva**

**ANEXO****NOTA PÚBLICA DO CAU/RS****O Ensino Remoto Emergencial e a retomada da interatividade presencial no Ensino e Formação em Arquitetura e Urbanismo****Prelúdio, à guisa de Introdução**

O ensino e formação em Arquitetura e Urbanismo no Rio Grande do Sul já apresentava cenário complexo, anteriormente, à pandemia mundial da COVID-19, com interferências conjunturais que o desafiavam, significativamente, à revisão de consistência, tais como o expressivo crescimento de número de cursos no estado, a abusiva abertura de vagas à modalidade EAD, a minimização da carga horária nos currículos, o distanciamento de mestres e aprendizes da realidade socioespacial, a relativização da verve prática da profissão e a precarização das relações trabalhistas de docência, muitas dessas ocorrências oriundas da acirrada disputa de espaço mercantil na Educação Superior, com más consequências sentidas, nos últimos tempos, à nacionalmente reconhecida qualidade de ensino e formação de arquitetas e arquitetos e urbanistas gaúchos.

No contexto pandêmico, todavia, o cenário agravou-se, apresentando o desafio de continuidade do ensino e formação de arquitetas e arquitetos e urbanistas com preservação de sanidade física e mental, o que impôs adaptação docente e discente a práticas pedagógicas experimentais amparadas no protagonismo da virtualidade, com seus inerentes desgastes e inseguranças sobre a qualidade do ensino-aprendizagem, paralelamente, à (re)construção das rotinas pessoais e familiares, à crise social, política e econômica e à sensível perda de vidas de familiares, amigos e conhecidos, entre outros mais de seiscentos mil brasileiros até o momento.

Nesse paradigma complexo dantes não vivido, contudo, fortaleza, solidariedade, surpreendentes interações e renovadas disposições diárias foram – e ainda vem sendo –, experimentadas, assim como, também, estratégias pedagógicas, metodologias, sistemas, programas e incrementos operacionais para o ensino e aprendizagem (re)descobertos, otimizando fluxos e processos e facultando alguma ordem e esperança em meio ao delicado cenário vivenciado.

Em um momento de iminência do cessamento dessa conjuntura trágica pela resposta científica em vacinas e aprimoramento dos tratamentos, em um período onde as médias de contaminação e mortes reduzem-se, sensivelmente, na esfera mundial e nacional e, assim, as vidas e rotinas tendem à estabilização, reestruturando-se, é que cabe referendarmos os rumos para o ensino e formação em Arquitetura e Urbanismo no Rio Grande do Sul, o que faz o CAU/RS no esforço dessa nota, usando de suas prerrogativas de zelar pelo aperfeiçoamento da formação profissional e apreciar a oferta e a qualidade dos cursos de graduação e utilizando-se do apontamento das experiências de docentes e de coordenadores de curso, emitidas em questionários aplicados pela Comissão de Ensino e Formação do



CAU/RS em setembro de 2020 e maio de 2021, com resultados amplamente divulgados e disponíveis para consulta através de suas Deliberações nos. 035/2020<sup>1</sup>, 030/2021<sup>2</sup>.

### **Da experiência do Ensino Remoto Emergencial: fragilidades e potencialidades ao presencial**

Nesses, aproximadamente, um ano e meio de experiência na educação superior brasileira, em seus diferentes momentos, intensidades e realidades institucionais físico-espaciais, culturais e sociais, no âmbito de IES públicas, comunitárias, filantrópicas ou privadas, restou claro que o Ensino Remoto Emergencial, baseado na interatividade virtual, não é mais que um mecanismo especial usado para minimizar os impactos e perdas inerentes ao ensino e formação profissional em situações críticas **excepcionais**<sup>3</sup>.

No caso específico da formação de profissionais arquitetas e arquitetos e urbanistas demonstrou-se insuficiente, aquém das exigências de uma formação generalista consistente, em teoria e prática, historicamente construída a partir de apresentações dialogadas, ateliês de criação, laboratórios, levantamentos exploratórios, visitas *in loco*, viagens de estudo, movimentos de pesquisa e atividades de extensão, assim como exigem as Diretrizes Curriculares Nacionais em Arquitetura e Urbanismo.

Recomenda-se para tão logo quanto possível, um retorno planejado gradativo ao ambiente universitário, com segurança sanitária, tanto para atividades práticas como teóricas, para ensino e formação de interatividade presencial dada a vivacidade, espontaneidade e reciprocidade inquestionavelmente insuperáveis – necessárias e insubstituíveis – se comparadas com o oportunizado quando a interface dominante é a virtual.

Através das pesquisas realizadas identificou-se, nesse período: 1. Ter havido extrapolação do número de alunos em classes teóricas e práticas; 2. Excesso de matrícula em disciplinas em um mesmo semestre; 3. Flexibilização da frequência gerando dificuldades de efetivo controle da presença, da participação nas aulas e nas atividades propostas; 4. Problemas na execução das avaliações e na verificação de desempenho; 5. Aulas síncronas sendo substituídas por aulas assíncronas; 6. Desgaste físico e mental de

---

<sup>1</sup> Encaminhou pesquisa realizada junto aos coordenadores de curso de graduação em arquitetura e urbanismo sobre o Ensino Remoto Emergencial.

Disponível em: <https://www.caurs.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/DeliberacaoCEF35-2020.pdf>

<sup>2</sup> Encaminhou pesquisa realizada junto aos docentes de curso de graduação em arquitetura e urbanismo sobre o Ensino Remoto Emergencial, por meio de formulário eletrônico sobre os *Desafios do Ensino de Arquitetura e Urbanismo durante a pandemia* e encaminhou seu relatório de diagnósticos.

Disponível em: <https://www.caurs.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/CEF-DLB-030-2021.pdf>

<sup>3</sup> PORTARIA MEC Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020: Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais **enquanto durar a situação de pandemia** do Novo Coronavírus - COVID-19.

LEI N. 14.040, DE 18 DE AGOSTO DE 2020: Estabelece **normas educacionais excepcionais** a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020: (...)Art. 25. *No período de estado de calamidade pública, em caráter excepcional, as IES ficam dispensadas da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho acadêmico, de acordo com o art. 3º, caput, da Lei nº 14.040/2020 e os Pareceres CNE/CP nº 5/2020 e CNE/CP nº 11/2020, desde que observadas as DCNs e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, e desde que mantida a carga horária prevista na grade curricular para cada curso, e que não haja prejuízo aos conteúdos essenciais para o exercício da profissão.* Art. 26. *Podem ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais vinculadas aos conteúdos curriculares de cada curso, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, para fins de integralização da respectiva carga horária.(...)*



discentes e docentes no gerenciamento, exclusivamente, virtual das disciplinas; 7. Simplificação de conteúdos e vivências de aprendizagem pela limitação do virtual, sem as práticas de laboratório, visitas, viagens e construção conjunta dos ateliês, e; 8. Limitações de espaço, equipamentos e sinal de internet para o acompanhamento contínuo das atividades nas plataformas virtuais, restando muitas lacunas e indispensáveis aprofundamentos formativos, com evidentes prejuízos na formação do futuro profissional arquiteto e urbanista – especialmente, nos semestres iniciais de curso, os mais afetados – os quais agora devem, de alguma forma, serem identificados, resgatados e compensados antes das formaturas.

Da experiência do período, que aponta outra conjuntura paradigmática – um novo tempo para a humanidade – onde se impôs e graça, então, a onipresença tecnológica nas realidades pessoais, profissionais e educacionais, na forma de *smartphones*, *smartwatches*, *tablets*, redes sociais, *softwares* e ambientes virtuais profissionais e de ensino aprendizagem para quase todas as áreas e faixas etárias. Cabe, no entanto, reconhecer o potencial dessas tecnologias enquanto uma incorporação inteligente e equilibrada à realidade do ensino e formação presencial, que oportuniza aproximação, comunicação e interação, relacionando contextos e pessoas distantes, amplificando oportunidades e notícias, intensificando possibilidades e eventos, otimizando encaminhamentos e desenvolvimentos de processos, repercutindo no tempo, no espaço e no alcance da informação.

Contudo, avalia-se após esta experiência, que tais ferramentas devem cumprir, apenas, papel suplementar, complementar às atividades basilares de ensino e formação presencial, como, por exemplo, ampliação, reforço e/ou aprofundamento temático, –assomados (e não substituindo) à carga horária primeira. No limite, não têm potencial de serem incorporados em substituição às atividades presenciais determinantes e contabilizarem na carga horária do presencial para além do recomendado, constituindo-se, portanto, como recursos extras, quaisquer que sejam: textos de suporte, vídeos ilustrativos, aulas obrigatoriamente síncronas e uso do assíncrono para apoio/reforço, atividades planejadas pré e pós-aula, fortalecendo a apropriação e fixação dos conteúdos. São ferramentas, não uma modalidade de ensino!

Outro potencial interessante demonstrado no período, e que pode ser tido como permanência positiva, é o que permitem tais tecnologias e ambientes virtuais como ferramentas de estruturar e operar com suficiência eventos em formatos virtuais ou híbridos – congressos, seminários, encontros acadêmicos – assim como reuniões, as mais diversas – administrativas e/ou pedagógicas – ou de grupos de pesquisa, de extensão, dos EMAU's e laboratórios, as bancas de TFG, etc., aproximando contextos, pessoas, amplificando possibilidades de conhecimento e reduzindo tempos de deslocamento.

Dentre os desafios da incorporação tecnológica pelas IES, conforme apontado em uma série de depoimentos docentes em nossa pesquisa, estão a necessidade de investimentos institucionais para adequação espacial e virtual, em rede e equipamentos que permitam gerenciamento seguro, na intensidade do uso amplificado das tecnologias da informação no ensino e formação, e a promoção de acessibilidade aos equipamentos e *softwares* apropriados tanto para docentes como discentes, especialmente no campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo, altamente exigente, com cuidadoso suporte à discentes em frágeis condições socioeconômicas – uma parcela significativa nas IES públicas.

Outro aspecto essencial de atenção é o treinamento e suporte didático-pedagógico contínuo para os docentes apropriarem-se e desenvolverem, com eficiência e vistas à eficácia, das ferramentas e ambientes virtuais de ensino aprendizagem – uma novidade para a maioria – assim como, também, a



contabilização de carga-horária para esse gerenciamento, com remuneração para além do espaço do encontro didático presencial com discentes nas situações contratuais dos professores horistas, ajustando a situação trabalhista de ampliada exigência e rendendo a valorização profissional meritória.

### Encaminhamentos

Aproximado o fim dessa surpreendente experiência, em análise, reitera-se a convicção, por parte desse Conselho, de que o Ensino à Distância é modalidade inadmissível à formação de arquitetos e urbanistas, devendo ser, veementemente, refutada, dada à condição matéria e prática inerente da disciplina Arquitetura e Urbanismo – uma segunda natureza, construída, diante da preexistente – a qual, em sua *práxis e modus operandi* – da concepção à execução – lida com espaço ‘físico’, realidade social e ambiência cultural, transformando e impactando, diretamente, a vida das comunidades, sendo sua responsabilidade não só a qualidade do construído, como a saúde, a segurança e a integridade física pessoal, atributos confiáveis, apenas, a quem tenha a formação e a vivência do espaço e da prática construtiva diante da realidade e para ela mesma, o que o virtual, decididamente, não oferece na forma e intensidade necessárias.

Reitera-se que o Ensino Remoto Emergencial é transitório e passível de ser adotado em **casos excepcionais**, observados o contexto e o momento social. As boas práticas pedagógicas experimentadas durante a pandemia não devem substituir à presencialidade, mas sim somadas, e nunca, confundidas ao Ensino à Distância, mas, cabe a mensagem de que se compreenda o momento recente como **oportunidade de qualificação do ensino presencial em Arquitetura e Urbanismo**, resgatando métodos, estratégias e práticas pedagógicas com incorporação de ferramentas digitais potencializando vínculo mais próximo dos futuros arquitetos e urbanistas com as demandas da realidade social brasileira, que lhes alcem maior domínio prático dos aspectos técnico-construtivos e facultem-lhes melhor percepção do agenciamento trabalhista produtivo e de sua responsabilidade profissional, amplificando alcances, aprofundando experiências e sendo mais inclusivo – toda a diversidade e condição brasileira – de modo a provocar a reinvenção de um ensino notório, **de interação presencial, diálogo comunitário, vivência espacial e experimentação construtivas** para a construção de um país mais justo e democrático.

Por fim, importa reforçar a necessidade de retomada do Ensino Presencial, objetivando, em especial, sanar as lacunas geradas nas práticas interrompidas, em laboratórios, estúdios, visitas técnicas, nas disciplinas de ateliê, de estrutura, de técnicas construtivas, na pesquisa e na extensão, obedecendo-se, claro, os protocolos sanitários recomendados. Nesta retomada, deve existir a predominância do presencial com frequência obrigatória, e, a participação do virtual, deve ser oferecida de forma capacitada e suplementar, dentro dos limites recomendados.